

AS VISÕES DE FRIEDRICH LIST, JOSEPH SCUMPETER E HA-JOON CHANG À COMPREENSÃO DA TRANSFORMAÇÃO DA FORÇA PRODUTIVA NACIONAL EM CONTRAPOSIÇÃO AO *MAINSTREAM*

Mauri da Silva*

Jacqueline Cristiane de Oliveira Silva**

Resumo: A transformação econômica das forças produtivas nacionais tem despertado a atenção de um grande número de interessados no assunto. Por exemplo, preocupados com a promoção do interesse nacional, os pensadores mercantilistas já defendiam, em meados do século XVI, o emprego de estratégias protecionistas para desenvolver as forças produtivas domésticas duma nação. Embora discordando das estratégias mercantilistas, Adam Smith também ocupou-se dos condicionantes da mudança tecnológica para transformação do modo de produção capitalista. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho são: (i) contrapor as visões de dois defensores do nacionalismo econômico (Friedrich List e Ha-Joon Chang), cada qual em seu tempo, sobre as estratégias de transformação das forças produtivas nacionais com a do *mainstream* em teoria econômica; e (ii) mostrar que o esquema de pensamento de Schumpeter - princípio da destruição criativa - contribui para reavivar o argumento em favor da ação estratégica do Estado como impulsionador da mudança tecnológica nacional, contrariando a visão neoliberal.

Palavras-chave: Estado, desenvolvimento econômico, *mainstream*, neoliberalismo, nacionalismo econômico, transformação das forças produtivas.

* Doutor em Ciências Sociais - FFC Unesp - Marília. Professor da Faculdade de Tecnologias de Ourinhos - FATEC.

** Mestre em Integração Econômica - UFSM. Professora das Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO.

Abstract: The economic transformation of the national productive forces has aroused the attention of a large number of interested in the subject. For example, concerned with the promotion of the national interest, the mercantilist thinkers have argued in the mid-sixteenth century, the use of protective strategies to develop domestic productive forces of a nation. Although disagreeing with the mercantilist strategies, Adam Smith also took charge of the conditioners of technological change for transformation of the capitalist way of production. Given the above, the objectives of this work are: (i) counter the vision of two proponents of economic nationalism (Friedrich List and Ha-Joon Chang), each in its time, on the strategies of transformation of the national productive forces with the mainstream in economic theory; and (ii) show that the thought of schema Schumpeter - principle of creative destruction - contributes to revive the argument in favor of state strategic action as a propelling of national technological change, against the neoliberal vision.

Keywords: State, economic development, mainstream, neoliberalism, economic nationalism, transformation of the productive forces.

INTRODUÇÃO

A ascensão da nova ordem internacional nos anos 1980 - neoliberalismo¹ - foi uma vitória da escola de pensamento econômico anglo-saxônica e a frutificação da retórica de negação da participação ativa do Estado para estimular mudanças nas forças produtivas de um país, transferindo a responsabilidade à instituição mercado; crença, que a propósito, continua preponderante em muitas regiões do planeta, com exceção do leste asiático, por exemplo. Todavia, isto não é um fenômeno novo, o confronto entre as ideias liberais e as dos defensores do Estado interventor no domínio econômico já fora perfeitamente sistematizado por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (1776), que advogou sobre as vantagens do livre comércio sobre as práticas protecionistas dos mercantilistas, dando, junto com mais outras de suas ideias, grande impulso à formação da escola econômica anglo-saxônica. No século seguinte foi a vez do economista alemão Friedrich List demonstrar, em perspectiva histórica, que diversos Estados apoiaram veladamente o desenvolvimento das forças produtivas (inclusive a Inglaterra), dando origem ao nacionalismo econômico. No início do século XXI e em contraposição à ideologia neoliberal, presenciamos

¹ Neste trabalho, as palavras *mainsteam*, economia neoclássica, liberalismo, liberalismo inglês, neoliberalismo serão empregadas na acepção de escola anglo-saxônica de pensamento econômico.

mos novamente o ecoar do nacionalismo econômico na voz de Ha-Joon Chang, que também utilizando-se do método histórico, questionou a tese neoliberal de que a adoção de “boas políticas” e “boas instituições” são imprescindíveis ao desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento.

2 A PERSPECTIVA DE FRIEDRICH LIST SOBRE A ESTRATÉGIA DE MUDANÇA ECONÔMICA EM CONTRAPOSIÇÃO A TRADIÇÃO DA ESCOLA DE PENSAMENTO ANGLO-SAXÔNICA

Antes de mais nada, Georg Friedrich List foi um grande patriota que ousou contestar o pensamento econômico hegemônico de sua época - liberalismo econômico inglês. Ele, de modo propositivo, recomendou uma visão estratégica diferente daquela indicada pelo *mainstream* em teoria econômica de sua época. List foi o primeiro economista de língua alemã a defender o protecionismo, a industrialização e a unificação de seu país como estratégia econômica para transformá-lo. Em contraposição ao método britânico² de produzir ciências, juntamente com outros pensadores³ conterrâneos, List contribuiu para lançar as bases do pensamento alemão no século XIX (FONSECA, 2000).

Friedrich List muito bem compreendeu que a produção de riqueza⁴ é infinitamente mais importante que a própria riqueza, por assegurar e aumentar o que já se ganhou, ou mesmo repor aquilo se perdeu. Não é o mero trabalho físico que explica o desenvolvimento das forças produtivas

² List viveu nos Estados Unidos entre 1825 e 1830, período de feroz batalha no campo da economia política. De um lado, estavam os defensores da economia primária exportadora (matérias-primas e produtos agrícolas) e, do outro, estavam os defensores do desenvolvimento do mercado interno, priorizando, para tanto, o desenvolvimento da atividade industrial e a infraestrutura. Ele, fortemente influenciado pelas ideias de Alexander Hamilton e Henry Clay, juntou-se à cruzada contra o *laissez-faire*, e, à preponderância da economia política britânica e em favor da ação estratégica para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

³ Karl Marx e os membros da Escola Histórica Alemã: Wilhelm Georg Friedrich Roscher (1817-1894, considerado o fundador da escola), Bruno Hildebrand (1812-1878), Karl Knies (1821-1898) formaram a primeira fase da escola. Gustav von Schmoller (1838-1917, líder da segunda fase), Lujo Brentano (1844-1931), Karl Bucher (1847-1930), Gustav Cohn (1840-1919), Johannes Conrad (1839-1915), Eberhard Gothein (1853-1923), Adolf Held (1844-1880), Friedrich Knapp (1842-1926), Georg Irwin Nasse (1829-1890), Gustav Friedrich von Schonberg (1839-1908) e Adolf Heinrich Gotthilf Wagner (1835-1917) formaram a segunda parte da escola. E por fim, Werner Sombart (1863-1941), Arthur August Caspar Spiethoff (1873-1957), e Max Weber (1864-1920), que fizeram parte da fase “jovem” da escola (SENN, 2005).

⁴ A tese de Friedrich List continua atual. Por exemplo, Jean Imbs e Romain, em *Stages of Diversification* (2003), examinando os padrões de concentração e diversificação industrial para uma ampla gama de países, descobriram o que List já havia percebido há muito tempo - quando os países pobres se enriquecem, a produção e emprego setoriais tornam-se menos concentrados e mais diversificados (IMBS; WACZIARG, 2003).

duma nação, ele é resultado do acúmulo de conhecimento - capital da mente - pela mesma. O nível de desenvolvimento das forças produtivas nacionais depende da capacidade de cada nação de apropriar-se dos frutos das descobertas, das invenções, das melhorias ao longo da história da humanidade, os quais são empregados para transformar suas forças produtivas. Em contraposição, a economia política britânica ignorou a ação econômica do Estado em apoio tal transformação, de forma que tal questão tornou-se um ponto de atrito em as duas visões econômicas (LIST, 1983a).

A escola [clássica] não se dá conta de que, entre um Estado dedicado exclusivamente à agricultura e um Estado que possui tanto agricultura com manufaturas, existe uma diferença muito maior do que entre um Estado dominado pela economia pastoril e um Estado agrícola. (LIST, 1983a, p. 101-2).

É comum na retórica liberal a crítica à ajuda do Estado ao desenvolvimento das forças produtivas privadas, a qual os liberais chamam de paternalismo. Entretanto, o verdadeiro liberalismo dispensa a ideia de igualdade no ponto de chegada por defendê-la já na largada, somente assim pode-se pensar em isonomia. A ortodoxia econômica defende a todo custo a livre concorrência. Porém, ela só será justa se todos competidores - empresas ou nações: (i) largarem do mesmo ponto de partida; (ii) apresentarem nível de competitividade semelhante (RIBEIRO, 2013). Um competidor cuja aptidão produtiva seja ineficiente em relação aos demais, em condições de igualdade, não terá chance de competir com os mais eficientes. O resultado provável já é esperado desde a largada. List muito bem percebeu que a livre competição no ponto de chegada não era adequada à promoção da igualdade como propalado pelos liberais.

Mas List não defendia o protecionismo pelo protecionismo. Ele o via como ferramenta temporária para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. É certo que uma de suas preocupações centrais era propor que as nações agrícolas estimulassem ativamente o desenvolvimento do setor manufatureiro por meio da proteção tarifária, movendo-se em direção ao livre comércio apenas quando sua indústria manufatureira se tornasse internacionalmente competitiva. Em um contexto de livre comércio, List argumentou que uma nação exportadora de produtos⁵ agrícolas teria uma relação de troca desfavorável em relação às nações exportadoras de produtos manufaturados (HELLEINER, 2002).

⁵ Ideia desenvolvida mais tarde por Escola Cepalina.

Em uma crítica frontal ao método de análise da escola de pensamento econômico britânica, List argumentou que a mesma padecia de três falhas: (i) “cosmopolitismo ilimitado” que desprezava a importância da nacionalidade; (ii) “materialismo mortal” que considerava apenas o valor de troca “das coisas” e desprezava os interesses: intelectual, político, intertemporal (presente e futuro), bem como ignorava as forças produtivas da nação; (iii) “particularismo e individualismo” que menosprezava o caráter do trabalho social e da relevância da “união de forças”, assim como considerava que o desenvolvimento da atividade privada meramente refletia a intencionalidade das forças de mercado, ignorando que a humanidade era dividida em nações (LIST, 1983a, p. 123).

O economista alemão, de forma contundente, apontou que a criação doutrinária da escola econômica britânica (cosmopolitismo econômico), baseada na crença de liberdade individual, empresarial e no livre comércio, negligenciou a nação como um importante ator econômico. Ela ignorou o fato de que os indivíduos são vinculados a uma economia nacional com características próprias, e em diferentes estágios de desenvolvimento. Por isso, a doutrina liberal é incapaz de reconhecer que o Estado pudesse estimular a criação e a expansão da atividade manufatureira (SHIN, 2012).

Na contramão do cosmopolitismo econômico liberal, List defendeu abertamente a ação econômica do Estado para proteger e ampliar a força produtiva nacional; e o caminho mais promissor, para tanto, era fomentar a atividade manufatureira. Ele, antes e de modo diferente de Alfred Marshall, percebeu a ocorrência de externalidades positivas associadas ao desenvolvimento industrial (BOIANOVSKY, 2013).

Foi este tipo de influência que, muito antes de Marshall, já tinha sido objeto de várias investigações de List sobre o desenvolvimento do poder das forças produtivas [...]. Despido do som e fúria, certamente existe um núcleo de verdade na afirmação de que o fomento para certas indústrias em certo contexto histórico pode levar consigo ao aumento no potencial produtivo, não deve ser medido meramente pelo valor particular dos produtos ou crescimento dos valores de capital (ROBBINS, 1968, p. 116).

Friedrich List desnudou a externalidade positiva inerente ao desenvolvimento industrial. De forma pioneira, List teorizou sobre os benefícios da integração da cadeia produtiva ao desenvolvimento das forças produtivas de uma nação.

[...] é óbvio que o sucesso de um ramo da indústria sempre depende do sucesso de outros ramos da indústria. Um ferrei-

ro que faz ferro-gusa não pode obter lucro se eles não forem capazes de lhe garantir o abastecimento de combustível barato, porque senão as minas locais não serão suficientemente desenvolvidas. Nem ele pode obter lucro a menos que haja bastantes fundições, siderúrgicas e plantas em construção para comprarem o ferro-gusa que ele produz. Cada fábrica precisa operar em associação com inúmeras outras empresas que fornecem matérias-primas, comprando produto acabado, ou que construam e mantenham máquinas. Nenhuma fábrica atinge a sua máxima eficiência, a menos que todas as fábricas com as quais está ligada também atinjam a sua máxima eficiência. (LIST, 1983b, p. 73).

Embora amplamente aceito como berço teórico-político da proteção à indústria nascente, estranhamente a Alemanha usou menos desta ferramenta⁶ para estimular seu desenvolvimento econômico que os ingleses e os norte-americanos (CHANG, 2004). A proteção tarifária seguiu sendo moderada até que o chanceler Otto von Bismarck, com o propósito de estreitar relação entre dois setores econômicos importantes, *Junkers* (aristocracia rural) e indústria, elevou, em 1879, a tarifa sobre a importação de aço e centeio⁷; medida que ficou conhecida como “casamento centeio e aço” (KINDLEBERGER, 1996, p. 156).

Mas, o verdadeiro impulso à transformação das forças produtivas alemã veio de uma série de medidas econômicas capitaneadas pelo Estado para estimular a atividade industrial. Ele começou a criar novas universidades: Berlin, Breslau, Bonn, e outras que foram ampliadas. Universidades como Halle e Göttingen migraram do ensino de teologia para matemática e ciências. Ainda na esfera da educação, o ensino médio foi reformado. Mas, o esforço estatal não parou por aí. Em 1816, Peter Beuth passou a comandar o Departamento do Tesouro e Indústria da Prússia de onde iniciou um programa de esforço de aprendizado tecnológico (o qual, no século

⁶ O governo Bismarck usou a política tarifária de forma estratégica. Por um lado, ele aproveitou o baixo nível tarifário no interior da *Zollverein* para prejudicar a Áustria, cujas indústrias, em grande medida, dependiam de um nível maior de proteção tarifária. Por outro, após vitória militar sobre a Áustria, em 1866, Bismarck perdeu o interesse por baixas tarifas sobre importação. A esta altura, a indústria alemã já tinha aproveitado para importar bens intermediários mais baratos, e já produzia mais bens entre si (KINDLEBERGER, 1996).

⁷ A revolução internacional nos transportes - ferrovia e barco a vapor - no século XIX barateou o preços dos grãos na Europa, e a Alemanha viu suas exportações do produto para o mercado britânico minguar. Entre 1856-1860 ela abastecia 25% do mercado inglês e os Estados Unidos outros 18%. No período 1871-1875 a proporção já havia mudado para 8,2% e 40,9%, respectivamente. Em 1879, as exportações norte-americanas representavam 68,2% dos grãos importados pela Inglaterra. Ao longo do século XIX os *junkers* viram sua riqueza e seu poder declinarem, no fim do século apenas 1/3 das terras em seis províncias orientais pertenciam aos nobres. As depressões agrícolas das décadas de 1820 e 1880 os obrigaram a venderem suas terras à classe média em ascensão (KINDLEBERGER, 1996).

XX, seria chamado de política industrial) baseando em: subsídios a viagens ao exterior - especialmente à Inglaterra; treinamento de jovens em institutos tecnológicos; formação de engenheiros de fundição; aquisição de máquinas no mercado internacional para copiar (engenharia reversa), que posteriormente foram entregues a empresários. Além disso, foram organizados encontros, em caráter contínuo, para discussão de questões econômicas e industriais (KINDLEBERGER, 1996).

O esforço de aprendizagem tecnológica liderado por Peter Beuth também contou com o apoio a líderes empresarias, tais como: irmãos Cockerill - filhos de um construtor inglês de máquinas na Bélgica; F.J Egells - fabricantes de máquinas a vapor e maquinários; e August Borsig, que migrou da fabricação de máquinas a vapor para locomotivas. Como medida do êxito do esforço de aprendizagem tecnológica, em 1841, existiam 20 locomotivas em operação na Alemanha, todas importadas. Neste mesmo ano Borsig produziu sua primeira locomotiva, e, em 1844, ele produziu outras 44. Em 1854, as importações de locomotivas cessaram, e Borsig produziu 67 das 69 locomotivas adquiridas pela Alemanha. Desta forma, em menos de duas décadas os alemães substituíram totalmente as importações de locomotivas pela produção doméstica. Ademais, as locomotivas fabricadas por Borsig também passaram a substituir as exportações de outros países produtores de locomotiva no mercado externo, com Borsig exportando seis locomotivas à Polônia e outras quatro à Dinamarca (KINDLEBERGER, 1996).

Esta ação estratégica estatal contribui à geração de dois impulsionadores robustos de crescimento econômico. O primeiro foi induzido pelos investimentos em ferrovias e na indústria pesada no período entre as décadas de 1840 e 1880. O segundo, em conexão com o primeiro, foi impulsionado pelo encadeamento⁸ para trás e para frente decorrente da expansão da indústria ferroviária nos anos 1840 e drasticamente aumentado nos anos 1850. Esse ciclo virtuoso incentivou o crescimento da produção de ferro, que, por sua vez, incentivou o aumento da produção de carvão. A demanda derivada da indústria ferroviária (setor líder) por equipamentos e materiais a base de ferro foi uma importante fonte de renda às firmas tecnologicamente mais progressistas, bem como a principal causa de seus investimentos no aumento da capacidade produtiva. Além de que, a engenharia financeira desenvolvida para financiar as ferrovias tornou-se a base da modernização do sistema bancário alemão - ótimo exemplo de

⁸ Para Albert Hirschman encadeamento para trás representa os estímulos a setores fornecedores de insumos necessários ao desenvolvimento de uma atividade produtiva, enquanto o encadeamento para frente significa o desenvolvimento de novas atividades produtivas que demandam o produto da atividade originalmente desenvolvida (BIANCHI, 2007).

encadeamento para trás. A expansão da indústria ferroviária e setores complementares na década de 1840 representaram o arranque industrial e o fim da dependência tecnológica alemã da Inglaterra (TILLY, 2002).

O domínio do aprendizado tecnológico exige uma série de conhecimentos tácitos, os quais não são facilmente transferíveis. Os países que lograram alcançar melhores resultados foram justamente aqueles cujos governos lançaram mão de políticas de apoio à construção da capacidade tecnológica. Eric Hobsbawm deu uma contribuição irrefutável do porque os Estados Unidos e a Alemanha lograram alcançar e depois superar os britânicos na corrida tecnológica.

Não há nenhum motivo para que a educação técnica e científica na Grã-Bretanha permanecesse relegada ao desdém, num período em que grande número de ricos cientistas amadores e laboratórios de pesquisas com dotações particulares ou com experiência prática na produção já não compensavam, evidentemente, a virtual ausência de ensino universal e superficialidade do treinamento tecnológico formal. Não havia nenhuma razão poderosa para que em 1913 a Grã-Bretanha só tivesse 9.000 estudantes universitários, em comparação com quase 60.000 na Alemanha, ou apenas cinco estudantes diurnos por 10.000 habitantes (em 1900), em comparação com quase 13 nos Estados Unidos; para que a Alemanha formasse 3.000 engenheiros, enquanto a Inglaterra e o País de Gales formavam somente 350 em todos os ramos da ciência, tecnologia e matemática, e poucos destes habilitados à pesquisa. Em todo o séc. XIX não faltou quem advertisse o país para os perigos de seu atraso educacional; não havia falta de verbas, e decerto não escasseavam candidatos adequados à educação técnica e superior. (HOBSBAWM, 2003, p.168-169).

Ao contrário do alardeado pela ortodoxia econômica, o exercício de revisitar a história não deixa dúvida de que o Estado é um grande protagonista da transformação das forças produtivas nacionais. A propagação da crença de superioridade dos mecanismos de mercado à alocação eficiente dos recursos produtivos, e do cosmopolitismo individualista à ação econômica do Estado na economia é uma grave patologia intertemporal da análise econômica ortodoxa sobre as causas da transformação das forças produtivas por: (i) ofuscar a compreensão do motivos que levaram as nações ao desenvolvimento industrial; e (ii) negligenciar as estratégias empregadas para alcançar a maturidade industrial em muitos países, já que os instrumentos de política econômica ortodoxos impedem as outras nações de seguirem a trajetória dos países líderes. Do ponto de vista estratégico, a visão ortodoxa, como observado por List, é um excelente mecanismo de “chutar a escada” por parte dos países que já alcançaram a transformação de suas

forças produtivas (alpinistas) para dificultar aqueles que almejam seguir a mesma trajetória.

Com exposto, é possível perceber, ainda de maneira não tão elaborada, a preocupação de List com a importância da mudança tecnológica - via industrialização - à transformação na estrutura produtiva de uma nação, com lugar central reservado ao Estado como indutor destas mudanças. Do ponto de vista da economia política, o esquema de pensamento econômico de Friedrich List ofereceu argumentos favoráveis à ação estratégica nacional em prol da mudança econômica, questão totalmente ignorada pelo liberalismo econômico inglês. Por isto, as ideias de List influenciaram muitos países com estruturas produtivas atrasadas a perseguirem estratégias de políticas econômicas para alcançar os países de vanguarda.

Do exposta até agora depreende-se que Friedrich List ofereceu uma valiosa contribuições à compreensão das transformações nas estruturas produtivas nacionais. List, em seu tempo - século XIX e na contramão do liberalismo econômico inglês - realçou o papel da nação como um agente econômico impulsionador da transformação das forças produtivas domésticas - absorção de novas tecnologias - como caminho à transformação econômica, que pode ser entendido como uma defesa velada do processo de industrialização e do desenvolvimento econômico duma nação.

3 JOSEPH SCHUMPETER, PRINCÍPIO DA DESTRUIÇÃO CRIATIVA E RUPTURA COM O *MAINSTREAM*

Joseph A. Schumpeter, seguindo a tradição de Adam Smith e, principalmente, de Karl Marx, também conectou as grandes mudanças econômicas no sistema capitalista à mudança tecnológica. Schumpeter, em outra configuração do capitalismo, já na fase oligopolista, apresentou seu esquema de pensamento sobre a dinâmica econômica ancorada no princípio da “destruição criativa”⁹, a qual esquematizou da seguinte forma: (i) fenômeno que se origina no interior do sistema - sua intensidade indica não tratar-se apenas de uma adaptação aos padrões de produção existentes; (ii) é um

⁹ A abordagem Schumpeteriana enfatiza que a inovação tecnológica em sua fase inicial é radicalmente diferente das tecnologias tradicionais existentes, ela funciona como uma reserva de mercado à empresa inovadora, que será “premiada” com uma taxa de lucro muito acima da média e se mantendo até a entrada de novos concorrentes. Na fase de estabilização, o mercado torna-se mais competitivo pela entrada de novas empresas que também passam a dominar a tecnologia, então a taxa de lucro cai. Por fim, na fase descendente a tecnologia, outrora inovadora, torna-se tradicional. O número de empresas que dominam a tecnologia no mercado aumenta ainda mais, isso provoca um excesso de oferta e a compressão das margens de lucro. A queda acentuada dos lucros prenuncia mais uma ruptura na base técnica, que deflagrará novo ciclo.

fenômeno descontínuo que rompe com os padrões de produção ou tecnologia vigente; (iii) provoca mudanças qualitativas ou revolucionárias, retirando a economia onde ele ocorre do estado estacionário das forças produtivas e criando as condições para o desenvolvimento econômico (ELLIOT, 1980).

Em Teoria do Desenvolvimento Econômico,¹⁰ Schumpeter ofereceu uma ótima percepção sobre a natureza evolucionária do sistema capitalista. Para ele o caráter endógeno da mudança tecnológica é protagonizado pelo setor produtivo no seio do próprio sistema econômico:

[...] as inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não negamos a presença deste nexos. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. (SCHUMPETER, 1982, p. 48).

Nesta passagem, em sintonia com o item (i) supracitado, Schumpeter conecta a mudança tecnológica à natureza dinâmica do setor produtivo, e sobre disse ele: “é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica.” (SCHUMPETER, 1982, p. 48). Em seu esquema de pensamento, o empresário é o responsável pela introdução de inovações nos métodos de produção.

Em *Capitalism, Socialism and Democracy*, Schumpeter explica que o “impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista”. (SCHUMPETER, 2003, p. 82-83). Entretanto, antes, em A Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter já havia delineado a natureza evolucionária do sistema capitalista ao descrever aspectos da sua dinâmica, tal como segue.

Faz parte da natureza do capitalismo sempre] mudar o estado de satisfação de nossas necessidades, de mudar a relação recíproca entre as coisas e forças, de unir algumas e separar outras. Considerando-se tanto econômica quanto

¹⁰ Publicado originalmente na Alemanha em 1912, com a versão em inglês sendo publicada apenas em 1934 (WITT, 2002).

tecnologicamente, produzir significa combinar as forças e coisas ao nosso alcance. Todos os métodos significam algumas dessas combinações técnicas. [...] Todo ato concreto de produção incorpora, a nosso ver, certa combinação. Este conceito pode ser estendido até aos transportes e outras áreas, em suma, a tudo que for produção no sentido mais amplo. Também consideramos como “combinações” uma empresa como tal, e mesmo as condições produtivas de todo o sistema econômico. Esse conceito exerce um papel importante em nossa análise. (SCHUMPETER, 1982, p. 16).

Uma medida objetiva do impacto das inovações tecnológicas no processo produtivo pode ser verificada no processo de inovações organizacionais incorporadas pela indústria automotiva norte-americana, no início do século XX.

[...] entre 1908 e 1913, Henry Ford cria e aperfeiçoa a linha de montagem, reduzindo, em 1914, o tempo necessário à montagem de automóvel de doze horas e oito minutos para uma hora e trinta e três minutos. Com ela, Ford pôde vender o carro mais barato do mundo, pagar os salários mais altos do mundo e tornar-se um dos homens mais ricos e poderosos do mundo. (TEIXEIRA, 1999, p. 166-7).

Sobre a natureza descontínua da mudança tecnológica ou ruptura com os padrões tecnológicos vigentes (item ii), Schumpeter, numa nota de fim de página, ofereceu uma explicação valiosa para enfatizar o papel desempenhado pela inovação à sociedade capitalista: “o que estamos prestes a considerar” é um tipo de mudança que surge no interior do sistema produtivo, e “desloca de tal modo o seu ponto de equilíbrio que o novo [método de produção ou tecnologia] não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais.” Pode-se adicionar sucessivamente “quantas diligências quiser, com isso nunca terá uma estrada de ferro¹¹”. (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

¹¹ Em Ascensão do “Resto”, Alice H. Asmden fez uma crítica à predição de Schumpeter - ascensão de novos setores empresariais inovadores e a decadência de velhos setores. Para ela, as empresas responsáveis pelas inovações nas indústrias de média e alta tecnologia dos países do Atlântico Norte no fim do século XIX também foram as grandes responsáveis pelas inovações no fim do século XX, portanto, contrariando a tese de descontinuidade nas inovações tecnológicas de Schumpeter, para quem os novos empreendimentos são responsáveis pela ruptura com o método de produção vigente. Alguns exemplos delas: Hoechst, Bayer, Dow, Dupont, Dunlop, Pirelli, Goodyear, Firestone, Ford, General Motors, Siemens, entre outras (AMSDEN, 2009). Além disto, a predição de destruição criativa também foi seriamente criticada em *Creative Destruction and Partial Obsolescence in American Economic Development* de W. Paul Strassmann, para quem, no período 1850-1914 nos Estados Unidos, métodos de produção obsoletos sobreviveram e até cresceram pacificamente com novas tecnologias (STRASSMANN, 1959).

No item (iii), Schumpeter estabeleceu sua distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Diz ele: não “será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza”. Sob tal circunstância não ocorre nenhum fenômeno novo, apenas ocorrendo “adaptação da mesma espécie [...]”, com, neste caso, a economia permanecendo num estado estacionário. Na prática, Schumpeter condicionou o processo de desenvolvimento econômico à inovação tecnológica. Em seu esquema de pensamento ela é a responsável pela ruptura com o padrão tecnológico vigente e o surgimento de novas oportunidades de negócios.

Ele baseou-se no princípio do fluxo circular¹² para demonstrar um sistema econômico em situação de equilíbrio estacionário. Nele, verifica-se a ocorrência de adaptações ou pequenas mudanças externas que são absorvidas pelas empresas, mas sem provocar rupturas com o padrão de produção e de crescimento econômico vigente. Schumpeter se apropriou da noção de equilíbrio geral¹³ apenas para demonstrar que o desenvolvimento econômico deriva da introdução de novas combinações de meios de produção (inovações tecnológicas). Em outras palavras, o equilíbrio geral é apenas um referencial teórico para explicar o salto ou a ruptura com os métodos de produção vigentes (HAGEDOORN, 1996).

Schumpeter, ao desenvolver sua tese do empresário inovador¹⁴, ofereceu contribuição vital à compreensão da dinâmica da economia capitalista. Ele identificou dois ambientes econômicos antagônicos: (i) ambiente em cuja dinâmica predomina a atividade mecânica e repetitiva - estado estacionário; e (ii) ambiente em cuja dinâmica predomina a atividade inovadora e criativa - condição para o desenvolvimento econômico (SWEDBERG, 2000).

¹² Ele se baseou na ideia seminal de François Quesnay - o principal mentor da Escola Fisiocrata -, quem representou o funcionamento do sistema econômico segundo o funcionamento do corpo humano.

¹³ Schumpeter não se conformava com o modelo de Equilíbrio Geral - economia estática - desenvolvido por Walras (1874) e formalizado por Marshall (1890). Embora tenha começado seu trabalho seguindo o modelo, logo se afastou dele pela sua natureza estática. Schumpeter sentiu a presença de elementos endógenos responsáveis pela ruptura e a mudança econômica. Portanto, tal ideia não era compatível com o modelo de Walras, no qual a economia apenas reagia aos choques externos (SPENCER; KIRCHHOFF, 2006).

¹⁴ Schumpeter, em seu esquema de pensamento, reservou um lugar central ao empresário. Ele é o principal agente da mudança econômica: inovação, novas plantas industriais e novas firmas, com o desenvolvimento econômico sendo condicionado pela existência de grupos empresariais com capacidade de empreender novos projetos negócios. Em nossa pesquisa, em função do recorte adotado - Estado e política industrial em energias renováveis, optamos por não investigar o papel do empresário schumpeteriano no desenvolvimento do setor. Contudo, em conformidade com a matriz de pensamento schumpeteriano, estamos cientes da importância desta abordagem de pesquisa à formação de uma visão holística.

Com isto, em seu esquema de pensamento os protagonistas do desenvolvimento econômico eram: (i) as novas combinações de meios de produção; (ii) o banqueiro ou financiador das inovações; e (iii) o empresário inovador, o principal responsável pela introdução pelas novas combinações de meios de produção, a quem Schumpeter conferiu o papel central no desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1982).

Em *The Instability of Capitalism* (1928) Schumpeter argumentou que a inovação não era apenas endógena, mas um fenômeno intrínseco da sociedade capitalista, um componente essencial do processo competitivo. Com a entrada e saída de firmas do mercado, as empresas sofrem continuamente ameaça competitiva de outras empresas capazes de produzir a custos mais baixos, seja pelo acesso a fatores de produção mais baratos ou por tecnologias de produção mais eficientes (SCHUMPETER, 1928).

Diferenças nos produtos e nos processos de produção, e, em consequência, nos custos e preços, é a característica central no esquema de competição schumpeteriano. Nele, empresas heterogêneas competem por meio de produtos ou de serviços que oferecem, com algumas empresas crescendo, outras declinando, outras saindo do negócio e outras nele ingressando na crença que serão bem sucedidas. No esquema evolutivo schumpeteriano, o processo de competição e seleção é continuamente alimentado pelo processo de inovação, adaptação e imitação pelas firmas já instaladas, assim como as entrantes (DOSI; NELSON, 2010).

Contrastando o esquema de pensamento de Schumpeter com o *mainstream*, para o primeiro, o progresso econômico é fruto da busca incessante por inovações, que transforma as tecnologias mais antigas em obsoletas e anticompetitivas, sem, portanto, proveito econômico. Enquanto isto, e na contramão do esquema schumpeteriano, a teoria neoclássica supõe que todas as atividades econômicas são qualitativamente semelhantes. Em sintonia com o princípio da destruição criativa, a atividade econômica schumpeteriana, ao criar uma dinâmica de competição imperfeita, permite a geração de maiores lucros e salários, rendimentos fiscais mais elevados, aumento do padrão de vida da população e uma mudança econômica ou salto qualitativo à sociedade onde ela ocorreu. Por outro lado, as atividades econômicas não disruptivas conforme preconizadas pela escola neoclássica não elevam o padrão de vida população, conduzindo ao estado estacionário (REINERT, 2013).

Se, à época, a análise neoclássica no campo da determinação do valor das coisas foi uma ruptura com a escola clássica, no campo da análise econômica da alocação eficiente dos recursos produtivos predominou a con-

tinuidade. A interação entre as forças de oferta e demanda e o consequente equilíbrio de mercado foi mera continuidade da metáfora da “mão invisível” de Adam Smith, passando à escola marginalista a crença na ordem espontânea do funcionamento de mercado. Eles essencialmente preocuparam-se demonstrar o funcionamento dos mercados e a sua capacidade de garantir alocação eficiente dos recursos (FINLAYSON *et al.*, 2005). Disto depreende-se que a análise econômica neoclássica, período entre 1870 e 1914, caracterizou-se pelo desenvolvimento de instrumentos analíticos para validar a concepção teórica da escola clássica. Corroborando com esta tese, Joseph A. Schumpeter disse:

[...] é perfeitamente óbvio que todos os líderes daquela época, como Jevons, Walras, Menger, Marshall, Wicksell, Clark, e assim por diante, visualizaram o processo econômico como J.S. Mill ou mesmo A. Smith; quer dizer, eles nada acrescentaram às ideias do período precedente a respeito de que acontece no processo econômico [exceto a formalização matemática] e como, de um modo geral, este processo funciona, ou dito de outra forma, eles viram a questão da análise econômica, a soma total das coisas que estavam para ser explicadas, tal como Smith ou Mill tinham visto, e todos seus esforços apontaram para explicá-la de forma mais satisfatória [ideia do equilíbrio]. (SCHUMPETER, 2006, p. 859).

Em resumo, a atração pelo modelo de equilíbrio geral construído pela escola neoclássica decorre dele fornecer a base teórica à metáfora da “mão invisível” de Adam Smith: as consequências não intencionais de agentes econômicos atuando em nome do seu próprio interesse levará a coerência social ao invés do caos (PETERS *et al.*, 2002).

Em contraposição ao princípio da destruição criativa de Schumpeter, Kenneth Arrow¹⁵ e Gerard Debreu formalizaram matematicamente a metáfora da “mão invisível” e ratificaram as virtudes da economia de livre mercado. Eles foram os responsáveis pela façanha de provar matematicamente, que, observadas certas condições, os mercados são mais eficientes na alocação de recursos, negando, por consequência, a intervenção do Estado na economia. A contribuição de ambos foi tamanha que o Comitê do Prêmio Nobel de Economia de 1983, ao laurear Debreu com a honraria por seus estudos no campo da Teoria do Equilíbrio Geral, argumentou que Adam Smith tinha idealizado a metáfora da “mão invisível” e Debreu provou-a (DÜPPE, 2009).

¹⁵ Kenneth Arrow também foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia (1972) por suas pesquisas no campo da Teoria do Equilíbrio Geral.

Adam Smith já havia levantado a questão de como [auto interesse de mercado] decisões aparentemente independentes um do outro, são coordenadas... [sua resposta foi que] o sistema de preços leva automaticamente a coordenação de planos particulares. Quase no fim do século 19, Leon Walras formulou esta ideia em termos matemáticos como um sistema de equação... [Mas foi muito tempo depois] que este sistema de equações foi examinado para apurar se ele tinha soluções economicamente significativas, ou seja, se esta estrutura teórica de importância significativa para o entendimento do sistema de mercado era logicamente consistente. Arrow e Debreu conseguiram provar a existência de preços de equilíbrio, ou seja, eles confirmaram a consistência lógica interna do modelo de economia de mercado de Smith e Walras. (NOBEL COMMITTEE, PRESS RELEASE 1973 apud DÜPPE, 2011, p. 173).

Eles, quase dois século depois, conseguiram provar matematicamente a metáfora da “mão invisível” idealizada por Adam Smith, usando, para tanto, um modelo lógico-matemático para explicar a ordem natural do equilíbrio de mercado. Mark Blaug, em *Ugly currents in modern economics* (1997), se referiu ao modelo formalizado por Arrow-Debreu como o início de uma doença que se “tornaria um câncer no centro da análise microeconômica.” (BLAUG, 1997, p. 3). Paul Krugman também referindo-se ao mesmo fato disse:

De fato é um modelo maravilhoso - não porque suas premissas sejam remotamente plausíveis, mas porque ajuda-nos a pensar mais claramente sobre a natureza da eficiência econômica e as perspectivas para alcançá-la num sistema de mercado. É na verdade uma peça de inspiração, um maravilho pedaço de bobagem. (KRUGMAN, 1993, 4-5).

Com isto, os economistas neoclássicos se acostumaram a extrair do modelo de equilíbrio geral muito mais do que ele oferece. Ele foi forjado sobre um conjunto de hipóteses simplificadoras não condizentes com a realidade: (i) consumidores homogêneos e racionais, priorizando maximizar utilidade em suas decisões de consumo; (ii) produtores também homogêneos e racionais, buscando maximizar lucro; (iii) as interações no mercado entre consumidores e produtores resultarão no equilíbrio entre as forças de oferta e demanda; (iv) mesmo sendo agentes racionais é possível que eles cometam erros, comprar ou vender acima ou abaixo do preço de equilíbrio, porém o mercado sempre retomará a trajetória do equilíbrio; (v) e, se isto é verdade para um mercado qualquer, porque não estendê-la a toda economia. Com isso, a teoria econômica neoclássica sustenta que o mercado é capaz de assegurar a alocação eficiente de recursos escassos, de al-

cançar o equilíbrio e, portanto, garantir o bem-estar econômico de uma nação.

De acordo com a exposição dos fatos, parece-nos que o esquema de pensamento de Schumpeter, ancorado na tradição da escola histórica alemã, é mais apropriado para explicar a dinâmica do funcionamento da economia capitalista, considerando que na prática as empresas inovadoras de determinados setores econômicos e de determinados países alcançam um desempenho superior ao das empresas obsoletas. No campo da economia política o esquema de pensamento de Schumpeter é de grande importância, pois faz todo sentido o Estado preocupar-se com o tipo de atividade econômica que ele quer que floresça no interior da nação - atividade econômica inovadoras, já que, como apontado anteriormente, este tipo de atividade econômica garante maior prosperidade econômica e próprio desenvolvimento econômico.

Joseph Schumpeter e Friedrich List ofereceram valiosas contribuições à compreensão das transformações nas estruturas produtivas nacionais. List, em seu tempo - século XIX e na contramão de liberalismo econômico inglês, realçou o papel da nação na transformação das forças produtivas domésticas - absorção de novas tecnologias como caminho à transformação econômica, que pode ser entendido como uma defesa velada do processo de industrialização e do desenvolvimento econômico duma nação. Schumpeter, por sua vez, noutra configuração de capitalismo (oligopolista), também se opôs, ainda que forma menos contundente, a hegemonia do esquema de pensamento anglo-saxão, com seu princípio de destruição criativa tornando-se fonte inspiradora aos insatisfeitos com a incapacidade do esquema de pensamento neoclássico - baseando no modelo hipotético-dutivo - de funcionamento econômico do mundo real.

4 A PERSPECTIVA DE HA-JOON CHANG SOBRE MUDANÇA ECONÔMICA EM CONTRAPOSIÇÃO AO PENSAMENTO NEOLIBERAL

A reação ao *mainstream* em teoria econômica deve ser estruturada no campo das ideias, uma batalha contra o mercado “teórico” e em favor duma teoria econômica pluralista, baseada na realidade e não no mercado hipotético. Neste ponto a empreitada de Ha-Joon Chang intersecciona-se à de Friedrich List. Eles, cada qual em seu tempo, contribuíram para tornar a teoria econômica não reducionista, isto é que aceita o fato histórico de que o desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista, em muitos casos, foi forjado pela ligação imbricada entre iniciativa privada e Estado. Deste modo, é correto afirmar que Chang, assim como fez List, deu grande

contribuição ao fortalecimento do nacionalismo econômico e à própria economia política internacional. No livro *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*, Ha-Joon Chang colocou em xeque o argumento do *mainstream* de que o caminho para o desenvolvimento econômico requer a adoção de “boas políticas” - políticas macroeconômicas restritivas, abertura comercial e financeira, desregulação de mercados e privatizações, tais como proposto pelo Consenso de Washington. A adoção de “boas políticas”, em conformidade com *mainstream*, requer “boas instituições” como a dos países desenvolvidos, principalmente nos países anglo-saxônicos. Entre elas destaca-se a democracia, o judiciário independente, a proteção ao direito de propriedade e autonomia ao banco central, por exemplo (CHANG, 2004).

Ha-Joon Chang, também baseando-se em evidências históricas, refutou a tese de que “boas instituições” e “boas políticas” são indispensáveis ao desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, pois, segundo ele, os países desenvolvidos só as adotaram quando já haviam se desenvolvido. Dito de outro modo, na interpretação de Ha-Joon Chang, se os países desenvolvidos tivessem adotado as políticas e as instituições que “recomendam” aos países em desenvolvimento eles não teriam chegado onde chegaram. Na prática, estes países quando ainda encontravam-se em processo de desenvolvimento utilizaram políticas “ruins” como barreiras comerciais e políticas industriais - ajuda à indústria infante - para transformar suas forças produtivas e lograr uma mudança econômica.

Em sintonia com o que já fora apontado por Friedrich List no decorrer do século XIX, Ha-Joon Chang muito bem enfatizou que todos os países que conseguiram uma transformação industrial na direção de setores econômicos mais sofisticados empregaram políticas industrial, comercial e tecnológica ativistas. Dito de outra maneira, o sucesso deles não pode ser creditado apenas às forças de mercado como o *mainstream* não se cansa de alardear.

Outro aspecto não menos importante levantado por Ha-Joon Chang, que por sua vez intersecciona-se ao esquema de pensamento de Schumpeter, é que a inovação e a criação de atividades econômicas de maior agregação de valor numa economia, essenciais à mudança econômica e o próprio desenvolvimento econômico, não ocorre naturalmente. A socialização dos riscos em investimentos em atividades econômicas schumpeterianas demanda a criação de mecanismos apropriados, mas isto não significa necessariamente erguer barreiras protecionistas ou usar subsídios. Isto também pode ser alcançado pela criação de instituições socializadoras dos riscos com investimentos em atividades econômicas inovadoras, tais como por exemplo

a política de inovação, ciência e tecnologia (ICT). Contudo, é importante lembrar que a política de intervenção direta do Estado pode produzir resultados mais rápidos já que os resultados da política de ICT são mais demorados.

Como enfatizou Ha-Joon Chang, existe uma grande multiplicidade de instrumentos para superação do atraso tecnológico, porém não há uma regra de quais são adequados para cada país. Dado a dinâmica da mudança tecnológica, os mecanismos de promoção de atividades de alto valor agregado - mais inovadoras - devem evoluir com o tempo. Entretanto, a evidência histórica aponta que os países mais bem-sucedidos neste quesito são justamente aqueles capazes de ajustarem seus mecanismos à intensidade da mudança tecnológica em vigor. Isto requer um Estado mais ativo e comprometido com as transformações em curso.

Mas, a “história oficial do capitalismo” segundo o *mainstream* ensina que a partir do século XVIII o modelo econômico britânico liberal sobrepôs o intervencionismo francês, tornando-se a ordem econômica dominante. Esta ordem liberal internacional, que fora aperfeiçoada a partir dos anos 1870, baseava-se na: (i) políticas industriais do *laissez-faire* internamente; (ii) baixo nível tarifário ao fluxo de bens, capital e trabalho; e (iii) estabilidade macroeconômica tanto doméstica como internacional, sustentada pelo Padrão Ouro e o orçamento equilibrado. Todavia, com o início da Primeira Guerra Mundial as coisas começaram a mudar. Em resposta a insegurança econômica e política internacional os países passaram a levantar barreiras comerciais novamente. Por exemplo, em 1930, os Estados Unidos, por meio da Lei Smoot-Hawley, aumentaram suas tarifas e abandonaram o sistema de livre comércio. Em 1932, o sistema de livre comércio foi sepultado definitivamente quando a Inglaterra, o suporte ideológico e econômico do sistema livre cambista, viu-se obrigada a elevar suas barreiras tarifárias. Por fim, a contração econômica acompanhada da instabilidade econômica internacional mais Segunda Guerra Mundial destruíram o resto da primeira ordem liberal mundial (CHANG, 2003).

A “história oficial do capitalismo” sustenta que após a Segunda Guerra Mundial alguns esforços ainda foram feitos na direção da liberalização do comércio internacional, como por exemplo a criação do General Agreement on Trade and Tariffs-GATT (1947). Entretanto, a visão intervencionista preponderou nos países desenvolvidos até os anos 1970, até o início dos anos 1980 nos países em desenvolvimento e até 1989 nos países comunistas. Mas felizmente, segundo o *mainstream*, grande parte das políticas econômicas intervencionistas foram sendo abandonadas com a ascensão do neoliberalismo no fim dos anos 1970, que ancorou-se sobre três pilares: (i) Estado mínimo; (ii) *laissez-faire*; e (iii) abertura internacional. \na visão da

“história oficial do capitalismo”, o declínio no crescimento econômico nos países em desenvolvimento em fins dos anos 1970, a exceção foi um grupo de países asiáticas que já havia adotados “boas” políticas, é fruto justamente da adoção de “políticas ruins”. Desta forma, o baixo crescimento econômico, muitas vezes acompanhado de crises econômicas, desnudou as limitações do modelo econômico intervencionista e protecionista, abrindo espaço à nova ordem econômica internacional neoliberal (CHANG, 2003).

Contudo, a sedimentação das bases ao ataque à intervenção do Estado no domínio econômico já vinha sendo arquitetado antes. Até os anos 1960 era raro alguma menção às falhas de governo no *mainstream*, predominava o entendimento de que a intervenção do Estado era justificada para superar as falhas ou imperfeições de mercado. Entretanto, com a emergência da Teoria da Escolha Pública¹⁶-TEP o *mainstream* passou a disseminar a tese de que os males econômicos são explicados pelas falhas de políticas públicas utilizadas para corrigir as falhas de mercado. O Estado deixou de ser um agente econômico benevolente para tornar-se malévolo (BHALLA, 2001). Com a TEP o *mainstream* encontrou um subsídio teórico à proposição de políticas econômicas pró mercado, sedimentadas na crença da superioridade da instituição mercado na alocação eficiente de recursos produtivos e na sua capacidade promotora do crescimento acelerado às nações.

Os teóricos da escola postularam que os burocratas e políticos, no exercício de suas atribuições, não preocupam-se com o interesse público ou o bem comum. Os políticos buscam maximizar as oportunidades de manter seu poder político, enquanto os burocratas procuram maximizar renda por intermédio da ocupação de cargos públicos. Deste modo, a TEP, apropriando-se de métodos e ferramentas da teoria econômica, buscou prever o comportamento dos políticos e dos burocratas. Ademais, a emergência da TEP trouxe consigo duas implicações políticas importantes: (i) redenção da metáfora da “mão invisível” de mercado; e (ii) negação da virtude do uso da “mão visível” do Estado na intervenção econômica.

A formulação teórica da TEP foi construída em perfeita sintonia com a escola de Chicago, cujo principal expoente é Milton Friedman. Em *Capitalism*

¹⁶ A fundação da escola da TEP é datada de 1962, com a publicação por James Buchanan¹⁷ e Gordon Tullock do livro *The Calculus of Consent*, os quais se tornaram padrinhos intelectuais do tema, e, posteriormente, aglutinaram muitos outros pesquisadores em torno do assunto. Eles postularam que o Estado, impregnado pelo jogo de interesses na arena política, é, muitas vezes, incapaz de corrigir as falhas de mercado, ou de corrigi-las a um custo inferior ao próprio custo original das falhas de mercado (EMIEUX, 2004). Porém, esta análise exclui os dois precursores deste campo de pesquisa, Anthony Downs que publicou o livro *An Economic Theory of Democracy* em 1957 e Duncan Black que publicou em 1958 o livro *The Theory of Committees and Elections*.

and freedom, Friedman delineou sua preocupação com a liberdade individual, o tamanho do governo e o seu papel na economia.

O governo é necessário para preservar nossa liberdade, é um instrumento por meio do qual podemos exercer nossa liberdade; entretanto, pelo fato de concentrar poder em mãos políticas, ele é também uma ameaça... [Então, como nós] podemos beneficiar das vantagens de ter um governo e, ao mesmo tempo, evitar a ameaça à liberdade? Dois grandes princípios apresentados em nossa Constituição... Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. O segundo grande princípio reza que o poder do governo deve ser distribuído. Se o governo deve exercer poder, é melhor que seja no condado do que no Estado; e melhor no Estado do que em Washington. (FRIEDMAN, 1982, p. 2-3).

Da passagem acima é possível concluir que Milton Friedman continuou sendo fiel à crença dos benefícios do Estado minimalista (como defendida por Adam Smith) preocupado com o individualismo e o direito de propriedade, bem como manifestou sua preocupação embrionária com a concentração de poder nas mãos do setor público - principal objeto de discussão da TEP.

A teoria foi sedimentada nos valores do liberalismo de mercado, e expressa uma visão de mundo específica: um mundo livre em que os indivíduos são iguais em termos de direito e de capacidade de escolha, bem como capazes de arcar com as consequências das mesmas. Disto depreende-se que os indivíduos não necessitam de proteção arbitrária do Estado (IMMERGUT, 2011). Desta forma, a TEP pode ser vista como um manifesto liberal contra o modelo de Estado burocrático-keynesiano que se intromete nas relações econômicas privadas. Ela enxerga os políticos e a burocracia como intrusos nas relações econômicas privadas, uma ameaça à liberdade individual e ao desenvolvimento econômico. E o mercado é tido como o padrão institucional mais apropriado para organizar as sociedades (BORGES, 2001). Ademais, a TEP nega também a superioridade do Estado burocrático em apoiar o mercado e o processo de acumulação de capital, já que ele depende do nível de coesão da burocracia para alcançar estes objetivos (WEBER, 1997). Enquanto para Weber o Estado burocrático operava como impulsionador da atividade econômica, à TEP ele não só deixou de ser visto como solução, mas também passou a ser encarado como um problema, um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas.

A análise em perspectiva histórica, como feita Ha-Joon Chang, sobre o funcionamento dos mercados facilmente mostra o hiato entre o predito pela ortodoxia econômica e os fatos. Ela desnuda falha do *mainstream* que segue fiel à crença de que o mercado “teórico” sozinho é capaz de eliminar - via mecanismo de preços - os desequilíbrios (POSSAS, 1997). Por isso, a contribuição de Ha-Joon Chang à economia política é muito importante, seu esquema pensamento refuta a retórica do *mainstream* sobre a superioridade dos mercados que funciona como um mecanismo de “patrulha” ideológica destinado a negar a intervenção do Estado na economia, e não um arcabouço teórico que explica a realidade econômica dos mercados. A ortodoxia econômica, como por intermédio da TEP, emprega habilmente a estratégia da retórica de mercados eficientes ou da falha de governo com o propósito de frutificar a hegemonia (sentido gramsciano) de sua doutrina econômica na formulação de políticas públicas.

Outros pensadores contemporâneos a Ha-Joon Chang também engrossaram as fileiras dos descontentes com a visão do *mainstream*. Por exemplo, Alice Amsden fez crítica específica aos Estados Unidos por eles forçarem, a partir dos anos 1980, os países em desenvolvimento adotar um conjunto de políticas liberais. Já Robert Wade centrou sua crítica nos tratados Norte-Sul sob o jugo da Organização Mundial do Comércio-OMC. Para ele, o *enforcement* da OMC para implantação do tratado sobre direito de propriedade e patentes - Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) - aumentou o custo de acesso ao conhecimento científico aos países em desenvolvimento. Por fim, Linda Weiss definiu a OMC como um clube dos países ricos que nega o “direito” dos países em desenvolvimento de usar a estratégia de proteção à indústria infante, outrora utilizada com sucesso por muitos dos países desenvolvidos, enquanto o governo destes últimos países ajudam suas respectivas indústrias na fase infante. Juntos, estes pensadores da Economia Política Internacional forneceram uma abordagem alternativa aos economistas do *mainstream*. Eles produziram uma análise das políticas exitosas implementadas no passado e presente por países em desenvolvimento, especialmente Coreia do Sul e Taiwan que lograram rápido crescimento após a Segunda Guerra Mundial. Tal levantamento representa uma agenda inspiradora de políticas de viés não neoliberal aos países em desenvolvimento. Na prática, estes autores ofereceram uma análise empírica de como diversos países asiáticos de modo proposital gerenciaram e facilitaram a industrialização e o processo de transformação de suas forças produtivas. Eles demonstraram como tais países gerenciaram a política de comércio e de investimento direto estrangeiro, como regularam as firmas domésticas sujeitando-as a critérios de performance e oferecendo

subsídios para ajudá-las no objetivo de mudança tecnológica. Os referidos Estados implementaram programas de atualização setorial baseado na transferência tecnológica, facilitado por equipes de gestão bem educadas atuando do chão da fábrica à agências de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), sempre conciliando os requerimentos de performance das firmas com os investimentos do Estado (SELWYN, 2014). Neste sentido, a produção intelectual destes autores é útil para dismantelar, peça por peça, a explicação neoliberal de “mercado amigável” do crescimento do leste asiático.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agrupamos neste trabalho as visões de três importantes economistas - Friedrich List, Joseph Schumpeter e Ha-Joon Chang - sobre a questão da transformação das forças produtivas. Em comum, os escritos deles, cada qual a seu modo e em seu tempo, chocam-se com o modelo teórico de análise do *mainstream*. List foi o primeiro a ser analisado. Vimos que o autor, por intermédio do método histórico, desmontou a tese liberal defendida por Adam Smith. Ele muito bem enfatizou sobre a importância do relacionamento profícuo entre Estado e iniciativa privada no desenvolvimento das forças produtivas nacionais, ressaltando a importância do Estado para incentivar o aprendizado tecnológico nacional. Com isto, o List tornou-se um ícone dos defensores do Estado como agente indutor do processo de industrialização e do crescimento econômico duma nação.

O segundo autor analisado neste trabalho foi Joseph Schumpeter. Ele e List comungam o fato de pertencerem a escola histórica alemão, bem como de se contraporem ao esquema de pensamento do *mainstream*, principalmente no tocante a sua dificuldade de lidar com o progresso tecnológico. Ele demonstrou o caráter evolucionário do sistema capitalista, e, por intermédio do princípio de destruição criativa, o autor, de maneira inédita, mostrou que as inovações provocam rupturas e mudanças revolucionárias no padrão de produção vigente, deslocando a economia do antigo equilíbrio. Vê-se desta forma, que Schumpeter rompeu com a dominância da tese do estado estacionário - mercado em concorrência perfeita e em equilíbrio - em decorrência da atividade econômica repetitiva e sem inovação. Na contramão, Schumpeter mostrou que as inovações proporcionam grandes saltos econômicos às empresas e seus respectivos Estados nacionais, com desempenho econômico bem superior aos setores econômicos e países que não acompanharem o ritmo das inovações. Esta questão é um excelente elo de ligação entre o pensamento de Joseph Schumpeter e Ha-Joon Chang.

Embasada na Economia Política Internacional, assim como feito por List, Ha-Joon Chang mostrou que os países lograram alcançar *upgrade* tecnológica usaram políticas industriais, comercial e tecnológicas intervencionistas. Em crítica enfática ao *mainstream*, ele demonstrou que o sucesso na transformação das forças produtivas dos países do leste asiático não foi obra das “boas políticas” e “boas instituições” como defendido pelo *mainstream* e os organismos internacionais que lhe dão suporte: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial de Comércio, por exemplo. Em perfeita sintonia com o que já fora apontado por Friedrich List no decorrer do século XIX, Ha-Joon Chang mostrou que existe uma perfeita conexão entre o processo de transformação das forças produtivas e a participação ativa do Estado neste processo. Dito deste modo, é pertinente afirmar que o governo de qualquer país deve preocupar-se com a *upgrade* de suas atividades econômicas, já que as mais inovadoras garantem maior prosperidade econômica à sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

AMSDEN, A.H. **A Ascensão do “Resto”**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 586p.

BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 131-150, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n2/a01v16n2.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

BLAUG, M. Ugly currents in modern economics. **Policy** 3, p. 1-8, 1997. Disponível em: <http://www.irpp.org/po/archive/sep97/blaug.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2015.

BOIANOVSKY, M. Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries **History of Political Economy**, v. 45, n. 4, Winter 2013. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1810846>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

BORGES, A. Democracia vs. Eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova**, n. 53, p. 159-179, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452001000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 jan. 2015.

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 266p.

_____. The market, the state and institutions in economic development. In: CHANG, H. J. (Ed.). **Rethinking development economics**. Nova York: Anthem Press, 2003. p. 41-60.

DOSI, G.; NELSON, R. R. R. Technical change and industrial dynamics as evolutionary processes. In: HALL, B. H; ROSENBERG, N. (Ed.). **Handbook of the Economics of Innovation**, London, New York: Elsevier, 2010, v. 1, p. 51-127.

DÜPPE, T. **The Making of the Economy: A Phenomenology of Economic Science**. Lanham: Lexington Books, 2011. 241p.

_____. **The Phenomenology of Economics: Life-World, Formalism, and the Invisible Hand**. Alblasterdam: Haveka BV, 2009. 382p. Disponível em <<http://repub.eur.nl/res/pub/16075/Proefschrift%20Till%20Duppe%5Blr%5D.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

ELLIOT, Marx and Schumpeter on Capitalism's Creative Destruction: A Comparative Restatement. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 95, n. 1, pp. 45-68. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1885348>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

EMIEUX, P. The public choice revolution. **Regulation**, v. 27, n. 3, p. 22-29, 2004. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=604046>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

FINLAYSON, A. C. et al. The "Invisible Hand": neoclassical economics and the ordering of society. **Critical Sociology**, v. 31, n. 4, p. 515-535, 2005. Disponível em: <<http://crs.sagepub.com/content/31/4/515>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

FONSECA, P. C. D. O pensamento econômico alemão no século XIX. In: HELFER, I. **Pensadores alemães dos séculos XIX e XX**. (Org.). Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2000. P. 9-19. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/alemao.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom**. Chigago: University of Chicago press, 1982. 212p.

HAGEDOORN, J. Innovation and Entrepreneurship: Schumpeter Revisited. **Industrial and Corporate Change**, v. 5, n.3, p. 883-896, 1996. Disponível

SILVA, M. da; SILVA, J. C. de O. As visões de Friedrich List, Joseph Scumpeter e Ha-Joon Chang...

em: <<http://icc.oxfordjournals.org/content/5/3/883.full.pdf+html>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

HELLEINER, E. Economic nationalism as a challenge to economic liberalism? Lessons from the 19th century. **International Studies Quarterly**, v. 46, n. 3, p. 307-329, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3096091>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

HOBSBAWM, E. J. **A era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 5 ed., 1996. 459p.

IMBS, J; WACZIARG, R. Stages of diversification. **American Economic Review**, p. 63-86, 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3132162>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

IMMERGUT, E. M. Democratic Theory and Policy Analysis: Four Models of “Policy, Politics and Choice”. **der moderne staat-Zeitschrift für Public Policy, Recht und Management**, v. 4, n. 1, p. 69-86, 2011. Disponível em: <<http://www.social-science.hu-berlin.de/lehrbereiche/comppol/pubb/pdfs/EllenM.2011.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

KINDLEBERGER, C. P. **World Economic Primacy: 1500 to 1990**. New York: Oxford University Press, 1996. 269p.

KRUGMAN, P. How i work. **The American Economist**, v. 37, n. 2, 1993. Disponível em: <<http://128.36.245.191/documents/Krugman.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

LIST, F. G. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983a, 288p.

_____. G. **The Natural System of Political Economy**. Traduzido e Editado por W.O. Henderson. London: Frank Cass and Company Limited, 1983b. Disponível em: <[http://www.arno.daastol.com/books/list/List,%20Natural%20System%20\(1837\)h.htm](http://www.arno.daastol.com/books/list/List,%20Natural%20System%20(1837)h.htm)>. Acesso em 26 jan. 2015.

PETERS, J. et al. Economic transition as a crisis of vision: comparing classical and neoclassical. **Eastern Economic Journal**. v. 28, n. 2, p. 217-240, Spring 2002. Disponível em <http://college.holycross.edu/eej/Volume28/V28N2P217_240.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2015.

POSSAS, M. A cheia do “mainstream”: comentário sobre os rumos da ciência econômica. *Economia contemporânea*, v. 1, p. 13-58, 1997. Disponível

em:< http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_01_A_cheia_do_mainstream.pdf >. Acesso em: 26 jan. 2015.

REINERT, E. S. **Primitivization of the EU Periphery: The Loss of Relevant Knowledge**. TUT Ragnar Nurkse School of Innovation and Governance, Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics 48, Noruega, 2013. Disponível em: <<http://technologygovernance.eu/files/main/2013011003484545.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

RIBEIRO, R.J. O curto e longo prazo. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A8, 10 jun. 2013.

ROBBINS, L. **The theory of economic development in the history of economic thought**. London: Macmillan, 1968. 185p.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. London and New York: Routledge, 2003. 437p.

_____. **History of Economic Analysis**. London: Routledge, 2006. 1.283p. Disponível em: <<http://digamo.free.fr/schumphea.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169p.

_____. The Instability of Capitalism. **The Economic Journal**, v. 38, n. 151, pp. 361-386, 1928. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2224315>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

SELWYN, B. **The Global Development Crisis**. Cambridge: Polity Press, 2014. 224p.

SENN, P. R. The German historical schools in the history of economic thought, **Journal of Economic Studies**, v. n. 3, pp.185-255, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/01443580510611038>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

SHIN, H. Friedrich List's National Political Economy and the Post-War East Asian Development Experiences, **Social Science Research Network (SSRN)**, 2012. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2156494>. Acesso em: 26 jan. 2015.

SPENCER, A. S & KIRCHHOFF, B.A. Schumpeter and new technology based firms: Towards a framework for how NTBFs cause creative destruction. **The International Entrepreneurship and Management Journal**. v.2, n.2, p. 145-156. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11365-006-8681-3#page-1>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

STRASSMANN, W. P. Creative destruction and partial obsolescence in American economic development. **The Journal of Economic History**, v. 19, n. 3, p. 335-349, 1959. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2115265>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

SWEDBERG, R. **Entrepreneurship: The social science view**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2000.

TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J.L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 155-190.

TILLY, R. Germany. SYLLA, R.; TONIOLO, G. (Ed.). **Patterns of European Industrialisation: the nineteenth century**. Routledge, p. 175-196, 2002. Disponível em: <<http://www.crcnetbase.com/doi/pdf/10.4324/9780203418475.ch9>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

WEBER, M. **Textos selecionados**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 192p.

WITT, U. How evolutionary is Schumpeter’s theory of economic development? **Industry and Innovation**, v. 9, n. 1-2, p. 7-22, 2002. Disponível em: <http://www.econ.mpg.de/files/2004/staff/witt_HowEvolutionaryIsSchumpetersTheory.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

